

Bresser deve fazer acordo com o Fundo

por Celso Pinto
de Nova York

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, está disposto a fazer um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a defender essa idéia no País, desde que ele seja feito depois de um acordo com os bancos. Foi isso o que o ministro disse aos presidentes de cinco dos maiores bancos norte-americanos, na sexta-feira, em Nova York.

Como o ministro explicou à imprensa, esse aceno, que já havia sido feito quinta-feira ao secretário do Tesouro, James A. Baker III, pode ser entendido como um gesto brasileiro dentro de um processo de concessões mútuas que deverá acontecer nas negociações da dívida externa. A concessão, da parte dos bancos, seria aceitarem negociar com o Brasil sem acordo prévio.

Bresser Pereira disse que o acordo com o FMI deve tomar como base o Plano Macroeconômico brasi-

leiro, e ele não aceitará nenhuma cláusula no acordo com os bancos que o vincule formalmente ao cumprimento do programa com o FMI. Por esse lado, o poder de interferência do Fundo no processo de negociação seria reduzido. Em contrapartida, ele fixou claramente com Baker e com os bancos sua disposição de fazer um programa com o Fundo mais tarde.

Como o processo de negociação concreta com os bancos só deverá deslanchar a partir de setembro, os bancos terão tempo para conferir se a intenção do ministro terá trânsito político interno. A amostra de sexta-feira não foi muito favorável. Cinco deputados do PMDB assistiram a uma palestra de Bresser a empresários multinacionais no Conselho das Américas. Dois deles, Pimenta da Veiga e Fernando Gasparian, disseram depois à imprensa serem totalmente contrários a qualquer acordo com o Fundo, antes ou depois dos bancos.

Os presidentes do Bank

of America, Chase Manhattan, Manufacturers Bankers Trust e Chemical, que estiveram com o ministro, não chegaram a se manifestar concretamente sobre a idéia brasileira. Os banqueiros insistiram na importância de se balancear melhor a contribuição dos recursos privados e oficiais no acordo brasileiro. E, para isso, um acordo com o FMI seria uma condição de vital importância.

O ministro disse compreender a preocupação e acenou com a perspectiva de obter, no futuro, não só os recursos do FMI como também, a partir daí, dinheiro do fundo japonês e os recursos dos bancos oficiais no Clube de Paris. Para 1987 e 1988, o Brasil quer US\$ 7,1 bilhões dos bancos e não aceita mudar o pedido. Mas poderá reduzir a parcela de contribuição dos bancos a partir de 1989, "desde que haja um fluxo regular de recursos dos japoneses e do BIRD".

A questão ficou em aberto, como disse a este jornal uma fonte presente ao encontro. Os banqueiros mostraram sua preocupação e o Brasil fixou sua posição. Só a negociação futura mostrará se a posição brasileira será absorvida.

Um outro tema importante levantado pelos presidentes dos bancos, pela manhã, acabou também sendo colocado num rápido encontro que o ministro teve mais tarde com o presidente do comitê assessor dos bancos, William Rhodes, e dois outros membros, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e Allen Drury, do Lloyd's. Trata-se da questão do pagamento parcial de juros pelo Brasil aos bancos.

No café da manhã, coube ao presidente do Manufacturers, John F. McGillicuddy, introduzir a questão (que, de resto, já havia sido mencionada a Bresser Pereira pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus). O ponto central é que o Brasil não paga seus juros em dia desde 20 de fevereiro. Por essa razão, já teve rebaixada sua classificação como tomador de crédito para "substandard" pelo comitê que avalia os riscos dos bancos nos Estados Unidos. O recelo é que, depois de completar seis meses de moratória, o Brasil sofra "vareclassificação, isto acontece". Se i

tecer